



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**ÉRIKA MONALIZA DE LIMA CAPISTRANO**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: Um direito inerente a todos nós**

**MARTINS – RN**

2016  
**ÉRIKA MONALIZA DE LIMA CAPISTRANO**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: Um direito inerente a todos nós**

Artigo científico apresentado ao curso de Pedagogia, na modalidade a distância, pertencente ao Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para a obtenção do título de licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Ma. Maria das Dores da Silva Timóteo

2016  
**ÉRIKA MONALIZA DE LIMA CAPISTRANO**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: Um direito inerente a todos nós**

Artigo científico apresentado ao curso de Pedagogia, na modalidade a distância, pertencente ao Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial para a obtenção do título de licenciado em Pedagogia.

Aprovado em \_\_\_\_\_ de junho de 2016.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Ma. Maria das Dores da Silva Timóteo  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN  
Orientadora

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Jacylene Melo de Oliveira Araújo  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN  
Examinador

---

Prof<sup>a</sup>. Ma. Ivone Priscila de Castro Ramalho  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Examinador  
**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: Um direito inerente a todos nós**

Érika Monaliza de Lima Capistrano<sup>1</sup>

**RESUMO**

No presente estudo procurou-se, através de leituras e análises, apresentar aspectos relevantes sobre o tema abordado, tendo como questão preliminar estabelecer uma visão histórica da educação especial inclusiva, e – nessa perspectiva – analisar a realidade da educação especial nas escolas do município de Martins, Rio Grande do Norte, buscando nortear as necessidades, dificuldades e especificidades de atender crianças especiais na localidade citada. Considera-se de grande relevância a oportunidade de realizar este trabalho, tendo em vista que o mesmo poderá trazer contribuição significativa para toda sociedade. Os educadores precisam estar conscientes da diversidade que vão enfrentar na sala de aula, se preparado, portando, para trabalhar com essas diferenças. A inclusão verdadeira é um desafio que deve ser enfrentado pelos governantes, pelos órgãos encarregados das normas educacionais, pelas direções das escolas, pela equipe escolar e principalmente pelos professores, pais e pela comunidade em geral. A educação inclusiva deve pautar-se em princípios éticos, na formação profissional de qualidade, na competência e na eficiência dos professores. Só assim esse desafio poderá ser superado.

**Palavras-chave:** Educação. Inclusão. Portador de deficiência.

**1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

***Eu Quero Uma Escola Cantante***

*Eu quero uma escola cantante  
Que respeite o meu sorriso  
Que baile com a minha infância  
Que rime as lições dos livros  
Com a poesia da vida.*

*Eu quero uma escola luminescente  
Que dance a ciranda da vida  
Que seja um imenso jardim  
Que plante a beleza em mim.*

*Eu quero uma escola humanescente  
Que cante a música dos sentimentos  
Que baile ao som do coração  
Que rime amor, fraternidade  
Com alegria, conhecimento, emoção.*

---

<sup>1</sup> Aluna do 8º período do curso de Pedagogia a distância da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e-mail: ericamonalisaygor@gmail.com

*Eu quero uma escola viva  
Que traduza a minha vida*

*(CÂMARA, 2016)*

O conceito de educação pode ser entendido sob dois sentidos: o amplo e o estrito. De modo amplo, teremos a educação como sendo tudo aquilo que pode ser feito para desenvolver o ser humano. De modo estrito, podemos afirmar que a mesma representa a instrução e o desenvolvimento de competências e habilidades. Tais competências e habilidades são conseguidas através do que chamamos de processo de escolarização. (VIANNA, 2006)

A história da educação inclusiva no Brasil teve início no ano de 1854, na segunda metade do século XIX. A educação especial nessa época incluiu a educação de surdos, as demais modalidades, eram de maneira transversal.

Na década de 60, a transversalidade da educação foi constitucionalizada, através da Lei nº 4.024/61 – LDBEN. Uma tentativa de “destransversalizar” a educação de surdos e deficientes em geral, foi promulgada a Lei 5.692/71 – LDBEN, porém sem muita efetividade. A educação inclusiva, em geral, vem ganhar respaldo constitucional, a partir da Constituição Federal de 1988 em seu artigo 3º, inciso IV: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e qualquer outra forma de discriminação.” No seu artigo 206, inciso I, trata de garantir a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola. Uma grande quantidade de Leis e emendas constitucionais foram promulgadas para garantir a universalização da educação. As Leis nº 9.394/96 (LDBEN), 10.172/2001 (PNE), 3.956/2001 (Decreto), dentre manifestos de congressos internacionais, garantem a acessibilidade, permanência e acompanhamento de todos os deficientes brasileiros na escola, além de se criar, métodos e recursos para tais.

Através da Lei 10.436/2002 é reconhecida a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio legal de comunicação e expressão em todo o território nacional, além de estabelecerem normas para inclusão da LIBRAS como integrante curricular na formação de professores e fonoaudiólogos.

Pensar em educação inclusiva é, nesse instante, uma prática essencial para garantir que o objetivo maior de fornecer para os brasileiros uma educação de qualidade seja alcançado.

Desse modo, essa pesquisa objetiva de maneira geral analisar o modo como a educação inclusiva é vista no município de Martins, Rio Grande do Norte e como objetivos específicos traçar um comparativo entre o tratamento da educação inclusiva nas escolas estaduais e municipais da localidade estudada, bem como analisar a visão dos diferentes seres envolvidos e responsáveis pela melhoria nesse campo: diretores, professores, alunos e os próprios pais.

Tal estudo se justifica frente a necessidade inerente de conhecer a realidade inclusiva do município de Martins, em vistas a analisar a qualidade e a aceitação que crianças com necessidades especiais encontrarão quando inseridas nesse contexto escolar.

A pesquisa foi realizada em duas escolas do município de Martins: a Escola Estadual Almino Afonso, pertencente à rede estadual de ensino, e o Centro Educacional Rita Baliza Alves, pertencente à rede municipal de ensino. Tal pesquisa foi realizada *in loco*, através da realização de entrevistas com os diversos agentes envolvidos no município com a educação inclusiva.

O trabalho conta com quatro partes. Esta primeira apresenta algumas considerações iniciais sobre o estudo. A segunda apresenta a abordagem teórico-metodológica da pesquisa. A terceira apresenta o desenvolvimento do trabalho, tratando de todo o referencial teórico analisado para a realização da pesquisa. Nesse referencial, foi analisado o panorama da educação brasileira, o histórico da educação inclusiva no Brasil, as deficiências que as escolas brasileiras entendem como especiais e, por fim, o entendimento de o que seja um atendimento educacional especializado e uma sala de recurso. Na quarta e última parte são apresentada as considerações desse estudo.

Convido o leitor a fazer uma viagem nas linhas dessa pesquisa para conhecer um pouco do painel da educação inclusiva no município de Martins, Rio Grande do Norte.

## **2 ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA**

*Hoje minha poesia  
É a asa que me faz voar.  
Por ela canto, a cada dia,  
Corro ou paro em qualquer lugar.  
Brinco, subo, desço,  
Mesmo sem poder andar.*

(CÂMARA, 2016)

Essa pesquisa pode ser definida como exploratória e descritiva, pois, de acordo com Gil (2009), a mesma define, como objetivo, a descrição das características de determinada população ou fenômeno, bem como o estabelecimento de relações entre diferentes variáveis.

A pesquisa se deu *in loco*, ou seja, foi realizada no local, através da realização de 07 entrevistas: uma com o Secretário de Educação do município de Martins, duas com gestoras escolares, duas com professoras e duas com mães de alunos especiais. Cada uma dessas entrevistas feitas em duplas foi realizada na expectativa de traçar um paralelo comparativo entre o tratamento e a realidade da educação inclusiva na rede estadual e na rede municipal de ensino, portanto uma entrevista foi realizada com gestor, professor e mãe da rede estadual e outra com gestor, professor e mãe da rede municipal de ensino.

Os principais autores pesquisados para a compilação do material teórico foram: Bruini (2016), que auxiliou no entendimento de como se dá o panorama atual da educação brasileira; Miranda & Filho (2012), que contribuíram para o entendimento histórico da educação inclusiva no Brasil; Ampudia (2011) que, com o seu conhecimento, ajudou a explicar cada uma das deficiências que, atualmente, são vistas pelas escolas como especiais; e Sartoretto & Bersch (2014) que permitiram compreender o contexto do Atendimento Educacional Especializado e da Sala de Recursos.

### **3 DESENVOLVIMENTO**

#### **3.1 BREVE PANORAMA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

***Quem mora?***

*Quem mora na casa torta?  
Sem janelinha e sem porta?  
Um gato  
que usa sapato  
E tem retrato  
no quarto?  
Uma florzinha  
pequeninha*

*de sainha  
curtinha?  
Um elefante com rabinho de barbante?  
Um papel de óculos e chapéu?  
Um botão que toca violão?  
Um pente com dor de dente?  
Quem mora na casa? Quem?  
Invente depressa alguém.*

*(Maria Mazzetti, 2016)*

A expansão do processo de escolarização básica no Brasil teve início em meados do século XX. Tal expansão foi marcada, principalmente, pelo crescimento da rede pública de ensino, que aconteceu entre o fim de 1970 e início de 1980. Porém, atualmente, o Brasil ocupa o 53º lugar em educação, entre 65 países avaliados, situação que se apresenta como pouco favorável. (INEP, 2016)

O atual estágio da educação brasileira é grave porque, mesmo com o lançamento de um programa social que incentivou a matrícula de 98% das crianças entre 06 e 12 anos, 731 mil crianças ainda estão fora da escola (IBGE, 2016). O analfabetismo funcional de pessoas entre 15 e 64 anos foi registrado em 28% no ano de 2009; 34% dos alunos que chegam ao 5º ano de escolarização, ainda, não conseguem ler, 20% dos jovens que concluem o Ensino Fundamental, e que moram nas grandes cidades, não dominam o uso da leitura e da escrita. (BRUINI, 2016)

Bruini (2016) afirma, ainda, que a evolução da sociedade tende a fazer com que a escola se adapte à vida moderna, mas de maneira defensiva, tardia, sem garantir a elevação do nível da educação. Sabemos que não basta, como se pensou nos anos 1950 e 1960, dotar professores de livros e novos materiais pedagógicos. O fato é que a qualidade da educação está fortemente aliada à qualidade da formação dos professores.

O IDEB – índice que mede o desenvolvimento da Educação Básica No Brasil, alcançado pelos estudantes brasileiros em 2009 foi de 4,6. A meta do país é de chegar a 6,0 em 2022. Dessa análise é possível perceber que o processo de busca por uma melhor educação é lento e depende de uma grande massa: é responsabilidade dos professores, dos poderes públicos, da escola, dos pais e dos alunos.

### 3.2 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL



## **Deficiências**

*“Deficiente” é aquele que não consegue modificar sua vida, aceitando as imposições de outras pessoas ou da sociedade em que vive, sem ter consciência que é dono do seu destino.*

*(Mário Quintana, 2016)*

Até meados da década de 1950 a educação especial no Brasil praticamente não era pensada. O marco histórico que deu origem ao processo de pensamento sobre a necessidade de tratamento diferenciado para os especiais se deu no Brasil no ano de 1854, com a criação do Instituto do Meninos Cegos, modelo baseado na experiência europeia e que teve direção de Benjamin Constant. (MENDES, 2010)

No entanto, esse foi um marco meramente figurativo. O processo de discussão sobre o tema “educação especial” só veio acontecer a partir de 1970, quando o assunto tornou-se preocupação dos governos, que trataram de criar instituições públicas e privadas, órgãos normativos federais e estaduais e de classes especiais para discutirem tal tema. (ROGALSKI, 2010)

Entre a fundação do Instituto Meninos Cegos e os dias atuais, a história da educação especial no Brasil foi se estruturando, seguindo essencialmente modelos que primam pelo assistencialismo e pela visão segregativa, que busca segmentar as deficiências, contribuindo assim para que a formação escolar e a vida social das crianças e adolescentes deficientes aconteçam como que em um mundo à parte. (MANTOAN, 2007)

É exatamente essa a barreira que devemos enfrentar hoje. É preciso desestruturar a ideia de segmentação e trazer para o seu lugar a ideia de inclusão. É preciso unir e cuidar as crianças especiais em um ambiente no qual elas possam sentir-se parte de algo, e não um ser segredo da sociedade.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Federal brasileira defendem que a educação é um direito de todos e um dever do Estado. Tais documentos respaldam ainda a responsabilidade do Estado para com o atendimento educacional especializado, destinado aos portadores de deficiência, de modo que esse se dê preferencialmente na rede regular de ensino, e não em instituições separadas. Esse assunto é reafirmado ainda pela Declaração de Salamanca, texto que traz o resultado do que foi discutido na Conferência Mundial

sobre Necessidades Educacionais Especiais, realizada em 1994 na cidade espanhola de Salamanca. (MOLL, 2013)

No entanto, apesar de respaldada pela lei, na prática a criança com deficiência ainda sofre certas exclusões. Crianças tendem a aprender com mais facilidade que os adultos e quando inseridas em um grupo, socializando umas com as outras, aprendem muito mais. Nesse sentido, sabe-se que a criança especial terá maior chance de aprender significativamente se colocada em contato com outras crianças. (MIRANDA & FILHO, 2012)

Miranda e Filho (2012) contam ainda que a estimulação de uma criança com deficiência múltipla tem como objetivo desenvolver e potencializar através de exercícios, jogos, atividades, técnicas, terapias, tecnologias assistidas, atendimentos especializados e outros recursos, as atividades dos cérebros das crianças, beneficiando o seu lado intelectual, físico, sensorial e afetivo. Uma criança com deficiência múltipla bem estimulada desenvolverá sua capacidade de aprendizagem e adaptação ao seu meio, de uma forma simples, intensa e segura.

O caminho para inclusão educacional das crianças se torna uma via de mão dupla: se os pais de crianças especiais tiverem esta clareza de formação e puderem proceder com esses estímulos e praticá-los na vida da criança ela se sentirá fazendo parte de um grupo. Do mesmo modo, se as escolas conseguirem todas as ferramentas tecnológicas, educativas e pedagógicas para esse estímulo o aluno especial aprenderá com mais segurança e cidadania. (FUMEGALLI, 2012)

### 3.3 OS TIPOS DE DEFICIÊNCIAS VISTAS COMO ESPECIAIS

#### ***Pessoa Com Deficiência***

*Somos todos iguais,  
e ao mesmo tempo diferentes.  
Somos todos normais,  
tristes ou contentes.*

*Cadeira de rodas ou a pé,  
é indiferente, há que ver.  
Olhos não veem corações,  
dentro do peito a bater.*

*Ter uma deficiência  
não é o final,  
é apenas o início  
de uma luta desigual.*

*Nunca digas nunca,  
a vida não foi feita para desistir,  
mas para lutar...  
Lutar e prosseguir!*

*(Beatriz Torres, 2016)*

Existem diversos tipos de deficiências que podem afligir o ser humano. Porém nem todas elas são tratadas pelo sistema educacional como deficiências que os tornam especiais. Existem basicamente quatro tipos de necessidades que demandam um tratamento diferenciado para àqueles que as possuem, sendo três delas físicas – a deficiência física que se refere a mobilidade, a deficiência visual e a deficiência auditiva – e uma intelectual.

### **3.3.1 Deficiência Auditiva**

#### ***Deficiências***

*"Surdo" é aquele que não tem tempo de ouvir um desabafo de um amigo, ou o apelo de um irmão. Pois está sempre apressado para o trabalho e quer garantir seus tostões no fim do mês.*

*(Mário Quintana, 2016)*

De acordo com Ampudia (2011, p. 1) a deficiência auditiva é a “perda parcial ou total da audição, causada por má-formação (causa genética), lesão na orelha ou nas estruturas que compõem o aparelho auditivo”.

No passado, pessoas com deficiência auditivas – assim como as com outras deficiências – eram vistas pela sociedade como seres destinados a serem inferiores, intelectual e socialmente. Com o passar do tempo, porém, os estudiosos perceberam que essas pessoas eram injustamente marginalizadas. Os avanços tecnológicos na área, que criaram próteses e aparelhos auditivos capazes de auxiliar essa deficiência, bem como o avanço no entendimento da linguagem dos sinais tornaram o deficiente auditivo um ser tão produtivo e participativo quanto qualquer outro dito “normal”.

Em relação ao aprendizado escolar, Ampudia (2011, p. 1) é taxativo:

toda escola regular com alunos com deficiência auditiva tem o direito de receber um intérprete de Libras e material de apoio para as salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Para isso, recomenda-se que a direção da escola entre em contato com a Secretaria de Educação responsável.

Alunos que possuem perda auditiva tem na linguagem dos sinais o seu principal meio de comunicação com as demais pessoas. Daí então a importância do seu aprendizado. Na sala de AEE, esse aprendizado deve se dar no chamado contra turno.

É de fundamental importância, também, que os professores busquem compreender a linguagem dos sinais, para que o aluno surdo seja capaz de se comunicar com os professores também no ensino regular.

### 3.3.2 Deficiência Física

#### ***Deficiências***

*"Paralítico" é quem não consegue andar na direção daqueles que precisam de sua ajuda.*

*"Anão" é quem não sabe deixar o amor crescer.*

*(Mário Quintana, 2016)*

O deficiente físico, no que concerne ao seu processo cognitivo, possui barreiras bem menores do que os demais deficientes. Isso porque ele é capaz de enxergar o conteúdo exposto, de ouvir as explicações repassadas e de compreender o que lhe é dito, estando o seu limite relacionado apenas à parte de locomoção.

Ao receber um aluno com deficiência física, o educador precisa ter um conhecimento prévio do contexto histórico e de saúde do educando, para então propor o atendimento especializado que melhor se aplica ao seu caso. Esse conhecimento é adquirido através do diálogo com a família da criança especial.

De acordo com Piaget (*apud* CAMARGO, 1994) a inteligência de um ser é construída através das interações que este ser tem com o ambiente que o cerca. Para facilitar, portanto, essa interação, propõe-se que a escola pense algumas alterações no seu ambiente, de modo a permitir que o aluno com redução de

mobilidade seja capaz de melhor interagir com o ambiente físico no qual está inserido.

Machado (*et al*, 2007, p. 27) propõe algumas sugestões do que pode ser feito no ambiente escolar, em vistas a criar uma melhoria para o deficiente físico:

- a) Uso da Comunicação Aumentativa e Alternativa, para atender as necessidades dos educandos com dificuldade de fala e de escrita;
- b) Adequação dos materiais didáticos pedagógicos às necessidades dos educandos, tais como, engrossadores de lápis, quadro magnético com letras com imã fixado, tesouras adaptadas, entre outros;
- c) Desenvolvimento de projetos em parceria com profissionais da arquitetura, engenharia, técnicos em edificações para promover a acessibilidade arquitetônica;
- d) Adequação de recursos da informática: teclado, mouse, ponteira de cabeça, programas especiais, acionadores, entre outros;
- e) Uso de mobiliário adequado.

É de fundamental importância que a escola possa estar estruturalmente preparada para receber um aluno com qualquer problema físico. Essa estruturação permite que o aluno tenha autonomia no seu dia-a-dia, e essa autonomia faz com que tal aluno se sinta, até certos limites, independente. Esse sentimento de capacidade é fundamental para fazer com que o aluno deseje estar ali e, desse modo, se permita aprender da melhor maneira possível

### 3.3.3 Deficiência Visual

#### ***Deficiências***

*"Cego" é aquele que não vê seu próximo  
morrer de frio, de fome, de miséria,  
e só tem olhos para seus míseros problemas  
e pequenas dores.*

*(Mário Quintana, 2016)*

A deficiência visual pode ser causada de duas formas, a saber: a congênita e a adquirida. Ela é congênita quando ocorre na própria gestação, ou seja, o indivíduo já nasce com ela; e é adquirida quando por alguma razão a pessoa que antes enxergava passou a ter não enxergar mais. (ALMEIDA & ARAÚJO, 2013)

É papel da escola recomendar que os pais busquem fazer exames de acuidade visual nas crianças sempre que os professores notem alguma dificuldade visual nos alunos.

Ampudia (2011, p. 1) diz que:

O aluno cego tem direito a usar materiais adaptados, como livros didáticos transcritos para o braile ou a reglete para escrever durante as aulas. A adaptação dos textos deve ser antecipada pelos educadores responsáveis pela sala de recursos, que deve contar com máquinas braile, impressora e equipamentos adaptados. A alfabetização em braile das crianças com cegueira total ou graus severos de deficiência visual é simultânea ao processo de alfabetização das demais crianças na escola, mas com o suporte essencial do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

É sempre importante lembrar que o Decreto 6.571, de 17 de setembro de 2008, afirma ser dever do Estado oferecer apoio técnico e financeiro para que o atendimento especializado esteja presente em todas as escolas da rede pública de ensino.

### 3.3.4 Deficiência Intelectual

#### ***Deficiência***

*"Louco" é quem não procura ser feliz com o que possui.*

...

*E, finalmente, a pior das deficiências é ser miserável, pois:*

*"Miseráveis" são todos que não conseguem falar com Deus.*

*A amizade é um amor que nunca morre.*

*(Mário Quintana, 2016)*

Dentre todas as deficiências existentes, a intelectual ainda é vista pelos professores como a mais difícil de se lidar. Isso porque a grande maioria das crianças que a possuem não tem capacidade de desenvolvimento significativo, estando na escola apenas para desenvolver a capacidade de socialização.

Deficientes intelectuais ou cognitivos costumam apresentar dificuldades para compreender ideias abstratas (como metáforas), resolver problemas, compreender regras sociais e estabelecer relações interpessoais. (AMPUDIA, 2011)

As limitações impostas pela deficiência intelectual dependem fundamentalmente do desenvolvimento do indivíduo, variando portanto de uma criança para outra. A análise em sala de aula permite, porém, que o professor identifique com facilidade qual a limitação do seu aluno.

Para trabalhar com um aluno com esse tipo de especialidade é preciso identificar as competências e habilidades de cada criança e, identificadas, propor atividades diferenciadas com conteúdos mais simples. É importante também organizar uma rotina para o aluno, de modo a fazê-lo saber previamente o que será necessário para desenvolver determinada tarefa. (AMPUDIA, 2011)

### 3.4 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ATENDIMENTO ESPECIAL E SALA DE RECURSOS

A educação inclusiva é o primeiro passo dado pela sociedade na busca de transformá-la em uma sociedade inclusiva, capaz de envolver nos seus dinamismos todas as pessoas, sejam elas especiais ou não. Nesse sentido, a principal luta da educação inclusiva é ampliar a participação de alunos especiais na modalidade de ensino regular.

Pensar em educação inclusiva é pensar em respeito à diversidade. Diversidade essa que é inerente à espécie humana. Nas palavras de Paulino (2009, p. 21), o sistema educacional inclusivo “busca perceber e atender as necessidades educativas especiais de todos os sujeitos-alunos, em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos”.

Ainda para Paulino, tal prática pedagógica requer mudanças coletivas e significativas na estrutura e no funcionamento das escolas, bem como na formação dos professores e nas relações desenvolvidas entre a família e a escola.

A principal diferença no dia-a-dia de uma escola que possui alunos necessitados de atendimento especial é a necessidade de fornecer, em contra turno, esse atendimento, chamado Atendimento Educacional Especializado (AEE), sendo este fornecido em uma sala específica, chamada sala de recursos.

#### 3.4.1 Atendimento Educacional Especializado

O atendimento educacional especializado foi definido pelo Decreto 7.611, de 17 de novembro de 2011. É um serviço gratuito, ofertado aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, sendo ofertado de forma transversal a todos os níveis de ensino. (INEP, 2016)

Sua função é identificar, elaborar e organizar os recursos pedagógicos e de acessibilidade, de modo a eliminar as barreiras que possam impedir a plena participação de todos os alunos.

Para Sartoretto & Bersch (2014, p. 1):

O ensino oferecido no atendimento educacional especializado é necessariamente diferente do ensino escolar e não pode caracterizar-se como um espaço de reforço escolar ou complementação das atividades escolares. São exemplos práticos de atendimento educacional especializado: o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e do código BRAILLE, a introdução e formação do aluno na utilização de recursos de tecnologia assistiva, como a comunicação alternativa e os recursos de acessibilidade ao computador, a orientação e mobilidade, a preparação e disponibilização ao aluno de material pedagógico acessível, entre outros.

Sartoretto & Bersch dão especial atenção a esse ponto devido ao medo de que os professores tratem o atendimento especializado apenas como um espaço de reforço, pois essa atitude pode fazer com que o momento no AEE seja cansativo para o aluno especial, desmotivando sua participação ou até mesmo fazendo com que o mesmo desista de comparecer a esses momentos, o que prejudica consideravelmente – em qualquer uma das duas situações – o seu crescimento educativo.

### **3.4.2 As salas de Recursos Especiais**

Salas de recursos especiais são ambientes organizados em escolas que possuem atendimento educacional especializado para atender exclusivamente alunos especiais. As mesmas devem ser equipadas com mobiliário especial, materiais didáticos e pedagógicos direcionados, recursos de acessibilidade e equipamentos específicos para melhor realizar tal atendimento. Em se tratando da organização e administração de tal sala, ambas são de responsabilidade da gestão



escolar. Quanto ao professor que atua nesse serviço educacional, o mesmo deve possuir formação para o exercício do magistério, bem como especialização em Educação Especial. (SARTORETTO & BERSCH, 2014)

A existência dessa sala se dá com a intenção de atender com qualidade alunos com deficiência matriculados nas classes comuns do ensino regular, de modo a possibilitar ao aluno um tratamento completo, capaz de assessorá-lo no dia-a-dia comum e também de maneira diferenciada. Tal programa, como já dito, é destinado às escolas das redes estaduais e municipais de educação que possuem em seu quadro estudantil alunos que necessitam de atendimento especial e que estejam devidamente cadastrados no Censo Escolar. (MILANESI, 2012)

### 3.5 ENTREVISTAS

Os dados para a realização dessa compilação foram obtidos através da aplicação de uma entrevista ao Secretário de Educação do município de Martins, a duas diretoras, uma da rede estadual e outra da rede municipal de ensino, a duas mães de alunos especiais que estão regularmente matriculados nas respectivas escolas Escola Estadual Almino Afonso e Centro Educacional Rita Baliza Alves, e a duas professoras, responsáveis por lecionar nas turmas dessas escolas, que possuem alunos com algum tipo de deficiência.

Martins é um município serrano brasileiro localizado no interior do estado do Rio Grande do Norte. Criado sob a denominação de Maioridade, pela resolução Provincial nº 52, de 02 de novembro de 1840, passou a se chamar Martins apenas em 1890, em consequência dos decretos municipais nº 12, de 01 de fevereiro, e nº 35, de 07 de junho. Em divisão territorial datada de 2003, o município passou a ser constituído de dois distritos: Martins e Salva Vidas, sendo ainda hoje assim constituído.

Localizada a uma altitude de 745 metros sobre o nível do mar e a uma distância de 377 km da capital do estado, Natal, Martins é considerada a "*Princesa serrana*" ou a "*Campos do Jordão do Rio Grande do Norte*", devido ao seu clima e ar puro agradável em contraste com o clima semi-árido de outras regiões do interior do estado.

Com uma economia baseada na agricultura, pecuária de leite e de corte e no ecoturismo, possui uma área territorial de 171 km<sup>2</sup>, de acordo com o IBGE (Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística), sendo que no ano 2009 sua população é de 8.386 habitantes.

Deseja-se através dessa análise atingir os objetivos propostos na introdução desse artigo, a saber: analisar o modo como a educação inclusiva é vista no município pesquisado, traçando um comparativo entre o tratamento da educação inclusiva nas escolas estaduais e municipais, bem como analisando a visão dos diferentes agentes envolvidos no ambiente escolar, no que concerne a tal educação.

No que se refere à estrutura, ambas as escolas pesquisadas contam com salas de recursos organizadas para melhor atender aos alunos especiais. Porém nenhuma delas contam com salas ambientais. A estrutura das salas de recursos foi caracterizada como de bom tamanho, com ventilação, dispondo de estantes com materiais especializados, cadeiras, muletas e andadores. As salas contam também com bastantes jogos educativos. Porém, nenhuma das escolas dispõe de um professor capacitado para trabalhar nas mesmas.

### **3.5.1 Entrevista com o Secretário de Educação do município pesquisado**

O Secretário de Educação do município de Martins é graduado em Letras pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN) e possui duas pós-graduações: uma em linguística aplicada, também pela UERN, e outra em Gestão Escolar, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

O primeiro ponto questionado ao Secretário foi sobre a contribuição que a Secretaria de Educação dá para a educação inclusiva do município. O Secretário informou que, em primeiro instante, a Secretária de Educação, por meio de todas as escolas municipais, garante a matrícula dos alunos especiais no ensino regular de ensino. Garantido o ingresso no ensino regular, a Secretaria garante também o atendimento em salas especiais contribuindo dessa forma para a inclusão das crianças, adolescentes e jovens que necessitam de atendimento inclusivo.

Questionou-se em seguida se o município oferece algum projeto voltado à educação inclusiva para se trabalhar nas escolas. O Secretário afirmou que não existe um projeto propriamente direcionado para o ensino regular, mas que o município conta com duas salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), além de contar também com uma sala de atendimento psicopedagogo com profissional especializado, que também auxilia muito nesse contexto.

Quanto às escolas municipais estarem adaptadas para atender a modalidade de ensino inclusivo, o secretário constatou que nem sempre as mesmas estão completamente preparadas, mas que – de modo geral – o município possui escolas prontas para atender a tal modalidade. O município é consciente, porém, de que precisa ir além, de forma que as estruturas escolares se tornem cada vez mais completas.

Perguntado sobre a existência de alguma ação que o município pudesse realizar para melhorar a aceitação de crianças especiais dentro das escolas, o Secretário informou que o município se esforça para dar sempre o melhor, mesmo diante das dificuldades encontradas, usando de recursos tanto humanos quanto físicos, e orientando sempre os educadores acerca da importância de incluírem os alunos especiais de forma a prezar pelo seu desenvolvimento.

Por fim, indagou-se sobre a visão que o Secretário detém do tratamento que a educação inclusiva recebe no país, de maneira geral. O mesmo afirmou que, infelizmente, no contexto atual, a educação inclusiva ainda é vista como um grande desafio que algumas vezes chega a se tornar um problema, haja vista que os profissionais da educação não se encontram preparados para atender a referida modalidade de ensino. Acredita-se, porém, que a longo prazo, investindo em capacitações, essa situação possa mudar.

Essa entrevista realizada com o Secretário de Educação do município de Martins foi essencial para que pudesse ser compreendido a maneira como o município estudado trata a educação inclusiva, analisando a atenção depreendida para com essa modalidade, bem como a preocupação em bem atender crianças especiais.

### **3.5.2 Entrevista com Diretores das escolas pesquisadas**

Em vistas a traçar um paralelo entre a realidade da educação inclusiva na rede estadual e municipal de ensino, realizou-se uma entrevista com duas gestoras escolares do município de Martins. Uma responsável por gerir uma escola estadual e a outra responsável por gerir uma escola municipal. As duas escolas, unidas, recebem a grande maioria dos estudantes de nível infantil e fundamental menor do município.

Traçado o paralelo, constatou-se que a realidade nas duas redes de ensino é bastante semelhante. A escola da rede estadual de ensino possui hoje, em seu quadro de alunos, cinco crianças que necessitam de tratamento especial. Já a escola da rede municipal de ensino possui um pouco mais, com oito crianças em seu quadro.

Quanto ao fato de a escola encontrar-se adaptada para receber crianças especiais, ambas as diretoras afirmaram que, embora a escola não esteja totalmente adaptada, possui o mínimo necessário para bem atender crianças com necessidades especiais, como salas amplas, rampas de acesso, banheiro adaptado, além de salas multifuncionais, que servem para fornecer um tratamento diferenciado àqueles estudantes que possuem necessidades visuais, auditivas ou intelectuais.

Questionou-se ainda se a escola trabalha algum projeto diferenciado com esse tipo de modalidade. As duas gestoras informaram que não, não há um projeto diferenciado a ser trabalhado com os alunos especiais. Trabalha-se no dia-a-dia dessas crianças com os recursos existentes na escola, incluindo os alunos especiais nos projetos desenvolvidos ao longo do ano nas instituições.

Por fim, ambas as gestoras informaram que não existe no quadro de funcionários da escola nenhum professor com formação continuada na área de educação inclusiva.

### **3.5.3 Entrevista com Professores das escolas pesquisadas**

Para melhor conhecer a visão dos professores que lidam na prática da sala de aula com alunos especiais, realizou-se duas entrevistas com professoras, uma da rede estadual e outra da rede municipal, que possuem em sua sala alunos com necessidades especiais.

O primeiro questionamento buscou levantar qual o pensamento dos professores quanto à função que a educação inclusiva desenvolve nas escolas. As duas professoras destacaram que a principal função da educação inclusiva é transformar a escola em um espaço para todos, respeitando as diferenças e criando oportunidades de convivência, incluindo as crianças que possuem necessidades especiais no contexto escolar, de forma a garantir o direito que as mesma tem à educação. A professora da rede estadual de ensino destacou ainda que a educação inclusiva não só propõe como necessita de mudanças de valores, atitudes e práticas

educacionais, e que apenas respeitando e permitindo essas mudanças é possível atender a todos, sem discriminação.

O segundo questionamento se referia a existência de dificuldades para lidar com crianças especiais. Ambas as professoras afirmaram que sim, existem muitas dificuldades em lidar com crianças especiais. A principal dificuldade abordada foi a falta de formação para os professores, e a falta de recursos didáticos para ajudar os professores a trabalharem com as crianças.

Indagou-se em seguida quais eram, na opinião das professoras, os saberes e competências fundamentais para um professor que precisa lidar com crianças especiais. A professora da rede municipal de ensino disse precisar de capacitação adequada para compreender quais são essas competências e ser capaz, assim, de desenvolvê-las. Já a professora da rede estadual também apontou como competência fundamental a capacitação na área, mas acrescentou também a consciência de que incluir uma criança é mais do que inserir ela no meio de outras. Incluir é interagir e contribuir para formação daquela criança, enxergando-a como um cidadão e oferecendo assim igualdade de condições de aprendizagem para todos.

Por fim, perguntou-se às professoras se elas possuíam alguma formação para atender crianças com algum tipo de deficiência. A professora da rede estadual disse que sua formação é em pedagogia com especialização em educação infantil. A professora da rede municipal disse não possuir também nenhuma formação específica na área inclusiva, mas destacou que tenta sempre fazer o seu melhor, buscando informações na internet para saber como lidar e o que fazer para incluir tais crianças no contexto escolar de forma produtiva.

Entender a visão do professor é fundamental para poder entender o modo como as crianças especiais são tratadas e vistas na prática da sala de aula. Sendo o professor o agente educacional que mais se relaciona com a criança especial, é de fundamental importância entender o seu pensamento e o seu comportamento, bem como quais as suas apreensões e desafios, afinal depende principalmente dele a bem aceitação da criança na escola.

### **3.5.3 Entrevista com Mães de alunos especiais atendidos pelas escolas pesquisadas**

A entrevista transcrita abaixo foi realizada com duas mães de alunos especiais que se encontram regularmente matriculados na rede estadual e municipal de ensino, respectivamente.

Foram feitas três perguntas às mães: como é realizado o trabalho de inclusão do seu filho na escola; se, enquanto mãe, a mesma sente segurança em deixar seu filho na escola; e por fim de o filho participa das aulas.

Em relação ao primeiro questionamento, a primeira mãe afirmou que a inclusão se dá por meio da participação do aluno em sala de aula, através de jogos e de atividades realizadas em casa. A segunda mãe deu uma resposta quase semelhante: disse que a inclusão do filho se dá através de atividades diferenciadas e de uma participação conjunta com os demais alunos.

Quanto ao sentimento de segurança em deixar o filho na escola, a primeira mãe confessou não se sentir muito segura, mas entende que é preciso deixá-lo lá para que ele possa se sentir incluído na sociedade, por isso vence esse medo. A segunda mãe afirmou que, no início não se sentia segura, pois tinha medo do modo como o filho iria reagir ao conviver com os demais alunos, mas com o passar do tempo adquiriu essa segurança, e hoje já não sente mais medo em deixá-lo sozinho na escola.

Por fim, em se tratando da participação do filho na escola, ambas as mães afirmaram que eles participam assiduamente, faltando apenas quando algum imprevisto acontece.

Em se tratando de alunos deficientes, muitas vezes os próprios pais agem como barreiras que dificultam a inclusão do filho. O medo do filho não ser aceito e/ou ser maltratado nas escolas acaba, algumas vezes, impedindo que o mesmo seja inserido corretamente no meio educacional. Por isso que entender as suas preocupações e o seu pensamento é importante.

#### **4 CONCLUSÃO**

A análise realizada nessa pesquisa tomou por base 07 entrevistas realizadas com diferentes agentes envolvidos com a educação inclusiva. Tal pesquisa buscou analisar o modo como a educação inclusiva é vista no município pesquisado, traçando um comparativo entre o tratamento da educação inclusiva nas escolas

estaduais e municipais, bem como analisando a visão dos diferentes agentes envolvidos no ambiente escolar, no que concerne a tal educação.

Considerando ser esse o objetivo principal de tal pesquisa, constata-se que o mesmo foi alcançado, tendo em vista que os resultados obtidos ao final da análise foram capazes de sanar os questionamentos existentes quando do seu surgimento.

Como resultado, constatou-se que a educação inclusiva é vista como prioridade pelo município de Martins, de modo que o mesmo busca fornecer todo o suporte necessário para que as escolas não só recebam crianças especiais, mas também sejam capazes de transformar a sua estadia na escola em um momento de aprendizado e satisfação.

Em se tratando de estrutura, percebeu-se que tanto a rede estadual como a municipal de ensino estão equiparadas: a capacidade estrutural que uma possui, a outra também possui. Do mesmo modo, as faltas apresentadas por uma escola também são apresentadas pela outra.

A realidade das escolas estaduais e municipais do município de Martins, no que se refere à educação inclusiva, também é bastante semelhante. Ambas possuem o mínimo de estrutura para melhor atender crianças especiais e ambas buscam também, dentro das suas limitações, trabalhar essas crianças buscando sempre fazê-las sentir-se incluídas no meio escolar. Até no que se refere à principal carência, as escolas estão no mesmo patamar: nenhuma das duas possui professores capacitados na área da educação inclusiva.

Quanto às visões dos diversos agentes, tem-se que: o Secretário de Educação acredita que lidar com educação inclusiva ainda é um desafio; porém, com o surgimento de capacitações, um desafio que pode ser vencido. Os professores se propõem sempre, dentro do seu conhecimento, a trabalhar essas crianças e inseri-las, mesmo entendendo que falta aos mesmos capacitação específica para lidar com tais crianças. Já os pais dos alunos afirmam terem tido um pouco de resistência no início para permitir que suas crianças frequentassem o ensino regular, mas que com o passar do tempo adquiriram confiança na escola e hoje permitem que seus filhos sejam assíduos nas mesmas.

Propõe-se, para melhorias futuras, que o município busque um meio de fornecer para os professores que assim desejam uma formação continuada na área da educação inclusiva, de modo a permitir que essa modalidade possa continuar a avançar no município. E espera-se que os professores também tomem consciência

de que essa realidade de inclusão não é passageira. Que ela veio pra ficar e, portanto, eles precisam se preocupar em estar preparados para bem receber esses alunos em suas salas de aula.

## **INCLUSIVE EDUCATION: A right inherent in all of us**

### **ABSTRACT**

In the present study we tried to, through reading and analysis, present relevant aspects of the topic discussed, and as a preliminary question to establish a historical view of inclusive special education, and - from this perspective - analyze the reality of special needs education in municipal schools Martins, Rio Grande do Norte, seeking to address the needs, difficulties and specificities to meet special children in the said locality. It is considered of great importance the opportunity to carry out this work, in order that it may bring significant contribution to the whole society. Educators need to be aware of the diversity they will face in the classroom, if prepared, carrying to work with these differences. Genuine inclusion is a challenge that must be faced by governments, the bodies in charge of educational standards, the directions of schools, the school staff, and especially the teachers, parents and the community in general. Inclusive education should be based on ethical principles, vocational training quality, competence and efficiency of teachers. Just so this challenge can be overcome.

**Keywords:** Education. Inclusion. Persons with disabilities.

### **REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, Tamires S.; ARAÚJO, Filipe V. **Diferenças experienciais entre pessoas com cegueira congênita e adquirida: uma breve apreciação.** *Revista Interfaces*, v. 1, p. 1 – 21, jun. 2013.

AMPUDIA, Ricardo. **O que é deficiência auditiva?** *Revista Nova Escola*, ago. 2011. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/deficiencia-auditiva-inclusao-636393.shtml>>. Acesso em: 21 mai. 2016.

\_\_\_\_\_. **O que é deficiência intelectual?** *Revista Nova Escola*, ago. 2011. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/deficiencia-intelectual-inclusao-636414.shtml>>. Acesso em: 21 mai. 2016.

\_\_\_\_\_. **O que é deficiência visual?** *Revista Nova Escola*, ago. 2011. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/deficiencia-visual-inclusao-636416.shtml>>. Acesso em: 21 mai. 2016.

BRUINI, Eliane da Costa. **Educação no Brasil.** *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/educacao/educacao-no-brasil.htm>>. Acesso em: 09 mai. 2016.

CÂMARA, Maria das Dores da Silva Timóteo. **Dorinha Timóteo em Poesia.** 2016.



Disponível em: <<http://dorinhapoiesis.blospot.com.br>>. Acesso em: 23 mai. 2016.

CAMARGO, Paulo. **O primeiro ano de vida da criança e a intervenção sobre eu desenvolvimento neuropsicomotor.** In: KUDO, Aida M. (et al.). Fisioterapia, fonoaudiologia e Terapia Ocupacional em Pediatria. 2 ed. São Paulo: Sarvier, 1994.

FUMEGALLI, Rita de Cássia de Avila. **Inclusão escolar: o desafio de uma educação para todos?** Monografia apresentada à Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 50 p. Ijuí, 2012.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2009.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 12 mai. 2016.

INEP. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.** Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/>>. Acesso em: 12 mai. 2016.

MACHADO, Rosângela; et al. **Atendimento educacional especializado: deficiência física.** Ministério da Educação, Curitiba: Editora Cromos, 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **A educação especial no Brasil: da exclusão à inclusão escolar.** Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade da Unicamp, Campinas, 2007.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Breve histórico da educação especial no Brasil.** *Revista Educação e Pedagogia*, São Paulo, v. 22, p. 93 – 109, maio./ago., 2010.

MILANESI, Josiane Beltrame. **Organização e funcionamento das salas de recursos multifuncionais em um município paulista.** Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

MIRANDA, Theresinha Guimarães; FILHO, Teófilo Alves Galvão. **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares.** Salvador: Edufba, 2012.

MOLL, Jaqueline (Org.) **Diretrizes curriculares nacionais para a educação básica.** Ministério da Educação, Brasília, 2013.

PAULINO, Paulo Cesar. **Responsabilidade social: um espaço de inclusão para deficientes mentais praticantes de basquetebol.** Monografia apresentada ao Curso de Especialização Lato Sensu a Distância: Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso, Cuiába, 2009.

ROGALSKI, Solange Menin. **Histórico do surgimento da educação especial.** *Revista de Educação do Ideau*, Quatro Irmãos, v. 5, p. 2 – 13, jul./dez., 2010.

SARTORETTO, Mara Lúcia; BERSCH, Rita. **Atendimento Educacional Especializado** In: *Assistiva Tecnologia e Educação*, 2014. Disponível em: <<http://www.assistiva.com.br/aee.html>>. Acesso em: 22 mai. 2016.

VIANNA, Carlos Eduardo Souza. **Evolução histórica do conceito de educação e os objetivos constitucionais da educação brasileira.** *Janus*, Lorena, nº 4, p. 128 – 138, 2º sem. 2016. Disponível em: <[publicacoes.fatea.br/index.php/janus/article/viewFile/41/44](http://publicacoes.fatea.br/index.php/janus/article/viewFile/41/44)>. Acesso em: 21 mai. 2016.